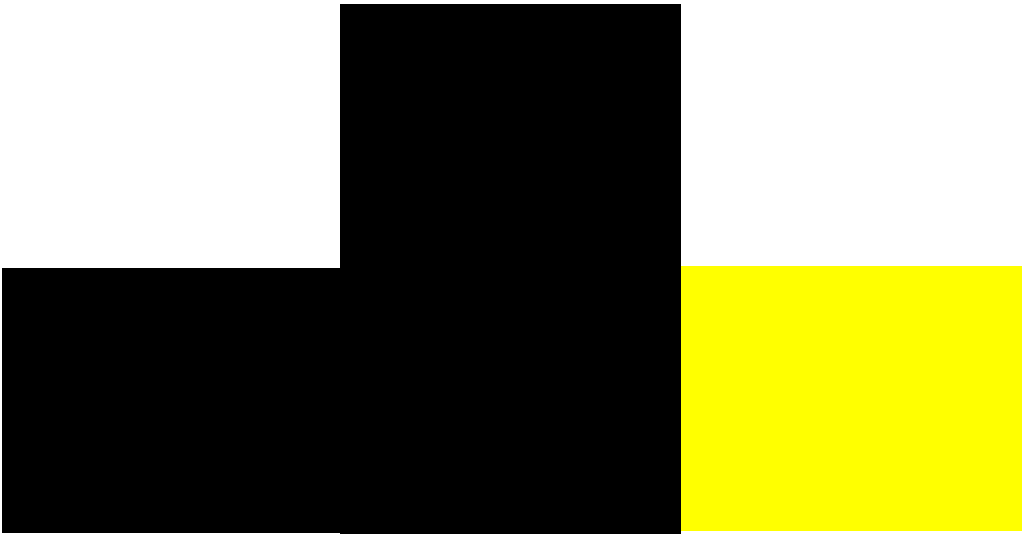




# **Políticas públicas de museus: resistência e função política na atualidade (2019-2022)**

Fernanda Castro

*Educadora museal, graduada em história (UFRJ), mestre (UFRJ) e doutora (UFF) em educação, mestranda em museologia (UFRGS). Técnica em assuntos educacionais do Instituto Brasileiro de Museus, atualmente é Diretora Substituta do Museu Histórico Nacional (2022).*



*And how many years can some people exist*

### **Por onde começar a pensar**

Muito me agradou o convite feito por colegas de reflexão e lutas do campo dos museus e patrimônio para participar do terceiro encontro da série "Diálogos Culturais", uma parceria do projeto de extensão Oficinas Culturais e do Núcleo de Museologia, Território e Sociedade - NuMTeS, ambos da UNIRIO, com uma fala sobre a atualidade das políticas públicas de museus no Brasil.

As políticas públicas sempre foram, em minha atuação profissional e cívica, uma preocupação, um tema de interesse e militância política. Entendendo aqui militância política como um ato coletivo e de responsabilidade social, em minha trajetória profissional, essa prática iniciou-se ainda quando atuava como professora da rede pública de Ensino Básico. Nesse contexto, fui dirigente sindical, atuei em organizações feministas e iniciei meus estudos acadêmicos investigando políticas públicas de educação.

Essa atuação colocou-me em contato constante com diversos sujeitos políticos, com quem debati, disputei e refleti sobre o tema das políticas públicas, do Estado e dos atores que agem no cenário político.

Partindo desse contexto, que influencia diretamente o meu olhar sobre a realidade, começo então a tratar do tema das políticas públicas de museus, respondendo a duas questões que me foram propostas pelos organizadores do evento:

“1. Nestes tempos pandêmicos e de fragilização das políticas culturais, quais os principais desafios enfrentados e quais possíveis estratégias para contorná-los e/ou mitigá-los?

2. Qual o papel dos atores do campo dos museus nas políticas de memória e nas lutas pelos direitos culturais não só no contexto brasileiro, mas também no contexto dos países ibero-americanos, nestes tempos de ascensão do neoliberalismo, das ideologias mais conservadoras e de extrema-direita?”

Antes de ir às respostas, gostaria de lembrar Paulo Freire, que afirmava que o ato de educar é sempre político e, portanto, não neutro. Do mesmo modo, no campo das

políticas públicas os posicionamentos políticos não são neutros, não são imparciais. Toda política pública deriva de uma concepção de mundo, de um projeto de sociedade, de um conjunto de princípios que, obrigatoriamente representam atores sociais determinados.

Partir desse entendimento exige a cobrança de que os atores sociais e políticos que constroem, definem e disputam os rumos das políticas públicas explicitem seus posicionamentos e que eu mesma anuncie os meus.

Sendo assim, começo por apresentar meu entendimento sobre como se apresenta o Estado na contemporaneidade e como funcionam os mecanismos de construção e desenvolvimento das políticas públicas.

É comum um entendimento sobre o que é o Estado que o confunde com os governos que o ocupam. Há quem pense que o Estado é formado por governantes e instituições públicas ligadas aos seus governos. Há aí uma confusão entre a estrutura que dá molde às relações econômicas, sociais e políticas que se dão no seio da sociedade e os agentes que ocupam essas estruturas, para defender interesses próprios e dos grupos que os sustentam.

Desse ponto de vista, que vou considerar confuso ou oportunista, deriva ainda o entendimento, ou oportunismo, que apresenta as políticas públicas como fruto da ação estatal, ou seja, de uma ação de cima para baixo, teoricamente orientada a partir do interesse público, ou da maioria da sociedade. Deriva ainda dessa visão a ideia de que o Estado é o regulador exclusivo das relações sociais, sendo responsável por ações de coação, formulação e implementação de políticas públicas.

Comentando esse entendimento, gostaria de dizer que o Estado é mais do que as instituições e órgãos que são ocupados por governantes, juristas ou legisladores. O Estado, tomado a partir da teoria gramsciana, é composto por sociedade política e sociedade civil.

A partir desse ponto de vista, que assumo, compõem o Estado tanto as instituições, órgãos e manifestações sociais e políticas da estrutura reconhecida como “estatal” (por vezes confundida com tudo o que é “público”), quanto as instituições criadas e mantidas pela sociedade civil, ou seja, movimentos, organizações, instituições que apresentam

distintas propostas de sociedade, se relacionando de diversas formas com os diferentes governos e o aparato “estatal”.

Nesse contexto, a sociedade política é composta pelos agentes que integram o Estado e têm a responsabilidade oficial do comando das estruturas estatais do poder hegemônico. Por outro lado, são parte do Estado, também, universidades, escolas, jornais, museus, grupos culturais, organizações sindicais, sejam da esfera pública ou privada, que corroboram ou se contrapõem ao poder hegemônico. Podemos entender ainda o poder hegemônico como não só os governos que ocupam a direção do Estado, mas ainda aqueles grupos de interesse que de maneira continuada, ou não, colaboram para a instituição e a ordem vigentes.

Gramsci (2011) chamou essa organização de Estado Integral, uma vez que, com o desenvolvimento capitalista, o Estado, na virada do século XIX para o século XX, passa a incorporar demandas e responsabilidades antes implementadas pela sociedade civil de forma autônoma (mesmo que eventualmente imposta). É importante apresentar que essas demandas passaram a fazer parte do âmbito do Estado por diversas razões, que envolvem tanto o avanço do capitalismo e a absorção pelo Estado de parte da sua sustentação econômica, quanto pela pressão das classes não hegemônicas, por meio de lutas sociais.

Para exemplificar essa ampliação do Estado, é comum se usar a figura de um Estado cão de guarda que, num momento primitivo da acumulação de capital, existiu para garantir a segurança das classes ocupantes do poder hegemônico, bem como suas propriedades. O Estado tinha então como suas principais instituições os mecanismos de coação, defesa e repressão.

Com o desenvolvimento capitalista, as necessidades das classes ocupantes do poder variaram e tornaram-se custosas. Com o desenvolvimento da indústria, a educação dos trabalhadores passou a ser essencial, bem como sua longevidade, garantida por uma necessária assistência de saúde e social. Fez-se necessário que o Estado absorvesse funções relacionadas à reprodução da vida, à educação, à saúde, que oneraram as relações de trabalho. A ampliação do Estado, portanto, deu-se com a criação da escola pública, da

saúde pública, de instituições que financiaram e promoveram ações necessárias à reprodução da classe trabalhadora como mão de obra fundamental do capitalismo.

Mas, como na vida tudo é dialético e para toda ação social existem diversas reações, ao passo que o Estado se expandiu para atender às necessidades do capital, também as classes que não ocupavam o poder hegemônico buscaram transformações no sentido de sua emancipação e melhoria de suas condições de trabalho e vida. Juntamente com a incorporação de funções sociais pelo Estado, ocorreu a criação de novas formas de participação social, que abrangem a composição e realização de políticas públicas.

Encerrando a apresentação dessas concepções preliminares, retomo, portanto, o debate acerca das políticas públicas, entendidas como ações estatais unilaterais, para aqueles que têm uma visão monista de Estado, portanto, compreendidas como uma elaboração, implementação e monitoração realizadas de cima para baixo.

Minha concepção de Estado, aqui apresentada, não permitiria uma visão de políticas públicas que ignorasse o poder da sociedade civil em sua realização. Entender o Estado como integral é compreender que não só sua constituição se ampliou, mas também as funções dos seus agentes.

Na concepção integral de Estado, as políticas públicas devem ser entendidas como ações de mão dupla. Pensadas, postas em prática e disputadas por diferentes atores sociais. São elaboradores de políticas públicas tanto os agentes da sociedade política, como funcionários estatais, legisladores e juristas, quanto qualquer indivíduo da sociedade, que, de forma organizada e intencional, implementa ações de cunho social e coletivo, com efeitos transformadores da sociedade.

Nesse sentido, é possível pensar nas políticas públicas de museus do Brasil do início do século XXI como fruto de consensos e disputas de um campo que inclui representantes de diferentes governos, da sociedade civil, que, de forma ora participativa, ora autoritária, constituíram historicamente o conjunto de leis, documentos, dinâmicas, hábitos e práticas museais que conhecemos.

De uma forma simples quero dizer que as políticas públicas de museus no Brasil são fruto das relações de consenso e conflito existentes entre os atores do campo museal,

sejam eles comumente reconhecidos como agentes do Estado ou como integrantes da sociedade civil.

Voltemos então às perguntas provocadoras do debate.

“Nestes tempos pandêmicos e de fragilização das políticas culturais, quais os principais desafios enfrentados e quais possíveis estratégias para contorná-los e/ou mitigá-los?”

Para responder sobre desafios e estratégias das políticas públicas de museus (ou de qualquer outra área, eu poderia dizer) no Brasil durante ou após a pandemia de Covid-19, costumo dizer que os desafios que temos não são novos nem inéditos e as estratégias não serão geradas a partir do recente trauma, mas vêm sendo elaboradas nas últimas duas décadas, pelo menos.

Para agirmos é necessário saber que não estamos parados. É o movimento constante do fazer política que trouxe o campo museal até onde estamos. Passamos agora por um movimento que é de resistência e que precede um necessário momento de reconstrução, vide os últimos ataques e desmontes sofridos no campo da cultura como um todo, mas se resistimos é porque temos o que defender. E o que defendemos é por si só um legado e, ao mesmo tempo, um modo de fazer.

As políticas públicas de museus no Brasil tornam-se efetivamente políticas continuadas no século XXI e isso aconteceu a partir de um modo de fazer coletivo, da elaboração e implementação participativas e do protagonismo dos agentes do campo.

Respondendo, então, de forma bem sintética à primeira pergunta colocada, penso que os desafios são os mesmos de antes, isto é, combater o que Antônio Canelas Rubim (2007) chamou de “tristes tradições” das políticas culturais do Brasil: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade.

A ausência do poder público manifesta em orçamento, estrutura e institucionalização das políticas públicas. O autoritarismo que desmonta em atos unilaterais propostas construídas historicamente e de forma coletiva, sempre no intuito de romper com a imagem e as dinâmicas de governos anteriores. Ações que geram enorme instabilidade, promovem a descontinuidade de programas, projetos e ações no

campo das políticas públicas e não permitem sequer a avaliação dos efeitos de sua implementação.

A estratégia mais lógica, em alguns casos a única viável, nesse contexto, tem sido a da resistência. Resistir ao defender instituições, como no caso do Instituto Brasileiro de Museus, que, ao ser ameaçado de extinção em 2018, por meio da Medida Provisória nº 850, que pretendia criar uma agência privada em seu lugar, teve o apoio de todo o campo museal para sua permanência, que enfim se concretizou. Resistir em movimentos diários de denúncia e defesa da legislação e do serviço público. Resistir nas campanhas de solidariedade e defesa do patrimônio cultural. Resistir não somente sendo reativos aos ataques, mas mantendo a lógica participativa do fazer museal e seguir sendo propositivo no que diz respeito à manutenção das instituições, suas ações e relação com a sociedade.

Em suma, nossos desafios são aqueles que já enfrentávamos e as estratégias de combate são as que já conhecemos. São desafios a falta de recursos humanos, materiais e estruturas permanentes, a ampliação e efetividade da participação e controle social, a igualdade de oferta e de acesso à cultura, entre outros.

O importante, portanto, é reconhecer que resistimos, que não é pouco o que fazemos e que, apesar de tudo, as redes de atuação e apoio do campo museal estão ativas e são eficientes. Lembremos o raiar de todo dia que vem sem pedir licença.

Desafios aprofundados com a pandemia de Covid-19, estratégias conhecidas precisando de fortalecimento, é essencial lembrar que a questão dos projetos de sociedade colocados em disputa que precisam ser explicitados, assumidos. É preciso tomar partido, contra a indiferença.

Isto posto, já temos a introdução da resposta à pergunta seguinte: “Qual o papel dos atores do campo dos museus nas políticas de memória e nas lutas pelos direitos culturais não só no contexto brasileiro, mas também no contexto dos países ibero-americanos, nestes tempos de ascensão do neoliberalismo, das ideologias mais conservadoras e de extrema-direita?”

Nosso papel é resistir, propor, manter as tradições que não são tristes, de construção coletiva, democrática e com protagonismo social das políticas públicas de museus, de forma anunciada e consciente.

Mas, para isso, é importante atentar para os detalhes, alguns não tão singelos, mas capciosos, da conjuntura em que nos encontramos. Ao deparar-me com essa segunda pergunta o que me provocou não foi tanto pensar no papel dos atores do campo, pois isso, como dito, penso ser algo que flui, pois é parte já da dinâmica dos museus e de suas políticas públicas no Brasil.

O que me provoca reflexão na questão apresentada, em especial, é pensar numa suposta ascensão do neoliberalismo, uma vez que é inegável que chegamos até o ponto em que estamos devido a um fortalecimento de ideologias conservadoras e de extrema direita.

Entender o momento em que estamos como uma vitória do inimigo pode, ao invés de mover nossos parceiros para o combate, abater em tristeza e incerteza nossos companheiros. Por isso, compreender bem a conjuntura é fundamental. O neoliberalismo surgiu como política econômica devido à crise do capitalismo da década de 1970, tendo efeitos no Brasil a partir do final da década de 1980.

Compreender o atual momento como de ascensão do neoliberalismo econômico e associando-o à ideologia neoliberal, isto é, aos aspectos sociais e políticos que desdobram da política econômica, não é, a meu ver, uma análise correta e que nos muna da avaliação necessária ao combate ao desmonte da cultura.

Já chegamos ao momento em que sabemos que a economia neoliberal não funcionou. Não funcionaram as privatizações, a redução do aparato do Estado, as políticas de mercado. O neoliberalismo hoje é, em minha opinião, uma política de um capitalismo desesperado e, com isso, surgem, de forma pulverizada, tentativas de aprofundamento da exploração que culminam justamente no cenário distópico em que vivemos: mortes, destruição, desmonte, que beneficiam apenas alguns grupos capitalistas.

Apesar disso, o neoliberalismo não é decadente em todos os aspectos. Enquanto ideologia venceu com a promoção dos discursos de empreendedorismo, meritocracia,



parceria público-privado, inclusive com apropriação do discurso neoliberal na esquerda, o que nos coloca o desafio de trabalhar na educação e conscientização voltados para a identificação e promoção de projetos de sociedade que visam a construção de novas hegemonias.

Desse modo, é parte de nosso papel, enquanto agentes transformadores na cultura, cumprir a tarefa e educar, de conscientizar (coletivamente) e trazer à luz o otimismo pelos tempos que virão.

Diante dos encaminhamentos ou experiências distópicas na sociedade atual, cabe a tarefa de elaborar e propagar ideias de utopia. Promover espaços de debate, de estudo, de criação e de difusão de ideias utópicas é enfrentar desafios, tecer estratégias, reconhecer o papel protagonista dos agentes do campo da cultura popular, enfim, é resistir, construir, reconstruir e viver a utopia que nos mantém vivos em meio ao caos.

Esse é nosso papel diante do exposto: seguirmos vivos, sonhando e olhando para o horizonte, lembrando que o amanhã é um caminho incontornável.

### **Referências**

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.